



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**SARA DE FARIAS CAMPELO**

**GEOGRAFIA ESCOLAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DISCUSSÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**GUARABIRA  
2024**

SARA DE FARIAS CAMPELO

**GEOGRAFIA ESCOLAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DISCUSSÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(monografia) apresentada ao  
Departamento de Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito à obtenção do título de Licenciada  
em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia,  
Educação e Cidadania.

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Mara de Lima Dias

**GUARABIRA  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C193g Campelo, Sara de Farias.

Geografia escolar e a reforma do ensino médio [manuscrito] : discussões a partir do Estágio Supervisionado / Sara de Farias Campelo. - 2024.

43 p. : il. colorido.

Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025. "Orientação : Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias, Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Estágio supervisionado. 2. Formação de professores. 3. Geografia escolar. 4. Novo Ensino Médio. I. Título

21. ed. CDD 372.891

SARA DE FARIAS CAMPELO

GEOGRAFIA ESCOLAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DISCUSSÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trabalho de Conclusão de Curso  
(monografia) apresentada ao  
Departamento de Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito à obtenção do título de Licenciada  
em Geografia

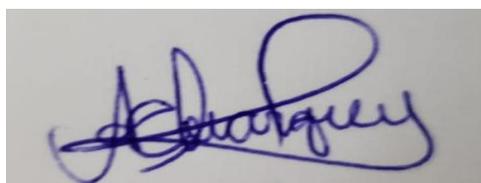
Área de concentração: Geografia,  
Educação e Cidadania.

Aprovada em: 14/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

*Angélica Mara de L. Dias*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Mara de Lima Dias (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Ana Carla dos Santos Marques  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Rafael Pereira da Silva*

Prof. Dr. Rafael Pereira Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha avó e minha mãe, pelo incentivo e encorajamento nos estudos como caminho para o desenvolvimento humano, profissional e para a ascensão social.

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão a Deus, meu abrigo e ponto de paz, por estar sempre comigo nos dias de lutas e de vitórias, guiando meus passos. Por ter me sustentado durante estes quatro anos de curso, ter me dado forças nos momentos difíceis e, principalmente, por tanto aprendizado e sabedoria adquiridos na busca pelo conhecimento.

Agradeço à minha mãe, Maria de Lourdes, minha companheira de todas as horas, minha grande referência de força e determinação. Meu porto seguro. Obrigada por estar sempre comigo, pelas noites em claro que passou ao meu lado, os momentos difíceis em que achei que não conseguiria. Obrigada por sempre ter acreditado em mim quando nem eu acreditava, por nunca ter me deixado desistir, bem como por todos os esforços que fez durante esses quatro anos para eu perseverar nos estudos. Mãe, essa conquista é nossa.

Agradeço ao meu pai, Edivaldo, homem de fé, de coragem e de determinação, o qual sempre trabalhou muito para dar o melhor para nossa família. Ele não conseguiu concluir os estudos, mas sempre me incentivou a estudar e me proporcionou condições para isso. Alguém que sempre prezou por uma educação moral e intelectual, sempre buscou me incentivar para as coisas boas, como a ter fé que Deus estaria sempre comigo.

Agradeço à minha irmã, pela paciência e pela compreensão com as minhas ausências durante esses anos de curso, pelas conversas de encorajamento nos estudos sobre meu potencial. Obrigada pelos momentos que me fez rir quando eu estava triste.

Agradeço à minha avó, Severina Francisca, que hoje já não está ao meu lado neste plano terrestre, mas que, em vida, sempre me incentivou nos estudos, indicando-o como caminho para a ascensão social. Não consegui concluir os estudos em sua época devido às dificuldades, contudo sabia da importância que tem o conhecimento.

Minha eterna gratidão à minha prima, Maria da Guia, e à minha tia, Fátima Farias, as quais sempre me ajudaram, dando-me suporte e motivação durante o curso, ou como gostamos de dizer: investiram em mim.

Agradeço ao meu eterno professor de matemática do Ensino Fundamental, José Ailton, por tantos ensinamentos para além do conteúdo científico. Obrigada por todos os conselhos, pelas conversas e pelas mensagens motivadoras, por sempre ter

acreditado em mim, quando eu mesma não acreditava, e por ter sido uma luz no início da graduação, incentivando-me a conhecer o curso, em que, hoje, sou satisfeita e realizada por ter ingressado.

Minha gratidão à Nataly, minha amiga, que sempre me incentivou e me motivou no curso, nos dias mais difíceis me deu forças e encorajou-me. Aquela que sempre acreditou em mim e que, desde cedo, considerava-me como professora de geografia.

Minha gratidão aos meus amigos, José Hailton Marques e Aline, pelas tardes e noites que paravam para me auxiliar com algumas demandas durante o curso. Pela força que deram.

Minha eterna e extrema gratidão à minha orientadora, Angélica Mara de Lima Dias, a qual me acolheu e me orientou no caminho do conhecimento e da criticidade, não somente no percurso da presente pesquisa, mas em outros componentes durante o curso, em que estive como docente. Muito obrigada pela paciência comigo e pelos puxões de orelhas necessários. Ela acreditou em mim e no meu trabalho quando nem eu mesma acreditava. Sempre guardarei seus ensinamentos.

Agradeço à professora Ana Carla dos Santos Marques, por todo conhecimento compartilhado que me proporcionou durante o curso através dos componentes lecionados. Mas, sobretudo, acerca da temática dessa pesquisa por meio do componente Estágio Supervisionado em que lecionou. Muito obrigada pelos conselhos, pelo encorajamento no curso, por me motivar na minha escrita e por sempre ter acreditado em mim e no meu trabalho desde que ele era apenas um relatório de estágio.

Agradeço à Mayara Gabriely e ao Matheus Henrique, os irmãos que a universidade me presenteou. Minha gratidão por toda ajuda e pela paciência para comigo, por tantos ensinamentos compartilhados. Mayara, obrigada por toda a parceria, pelo apoio, por acreditar no meu potencial e por não ter me deixado desistir do curso nos momentos difíceis.

Minha Eterna Gratidão ao professor Belarmino Mariano Neto, por todo conhecimento transmitido, bem como por todas as provocações científico-analíticas que me ajudaram no desenvolvimento do meu senso crítico e pela oportunidade de pesquisar e de aprimorar o meu olhar como pesquisadora e geógrafa. Por fim, minha gratidão a todos os professores do curso que contribuíram para minha formação.

“Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (Freire, 1984).

## RESUMO

A Reforma do Ensino Médio, aprovada e regulamentada através da Lei 13.415/2017, apresenta uma reestruturação do currículo para este nível de ensino, implicando um conjunto de transformações. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar os efeitos do Novo Ensino Médio no espaço escolar, na prática docente e na aprendizagem dos estudantes a partir do Estágio Supervisionado em Geografia, realizado na Escola Cidadã Integral de Ensino Fundamental e Médio João de Freitas Mouzinho, no município de Sertãozinho-PB. Para isso, foi realizado o levantamento de fontes bibliográficas e de documentos oficiais, os quais foram analisados a partir da investigação e da interpretação dos conteúdos, bem como por meio da realização de sessões de observação participante na escola durante o Estágio Supervisionado. Nesse viés, como principais efeitos da reforma, os resultados demonstram a falta de ambiente adequado para comportar todo o corpo escolar e as demandas do novo modelo, como também a ausência de alguns recursos didáticos para auxiliar a prática docente, e a redução de carga-horária da disciplina de Geografia no Ensino Médio. Dessa forma, a pesquisa conclui que as reformas neoliberais na educação são um meio de propagação dos ideais neoliberais para a organização do trabalho na sociedade. Sendo assim, com base na disparidade social, a transformação de aspectos do currículo consiste em uma forma de direcionar os estudantes para o mercado de trabalho tecnicista, do qual depende o sistema capitalista.

**Palavras-Chave:** Estágio supervisionado; Formação de professores; Geografia escolar; Novo Ensino Médio.

## ABSTRACT

The High School Reform, approved and regulated by Law 13.415/2017, presents a restructuring of the curriculum for this level of education, implying a group of transformations. In this sense, this research aims to present the effects of the New High School on the school space, on teaching practice and on students learning from a Supervised Internship in Geography, carried out at the João de Freitas Mouzinho Integral Elementary and High School Citizen School, in the city of Sertãozinho, PB. For this, a survey of bibliographic sources and official documents was done, which was analyzed based on the investigation and interpretation of the subjects, as well as the execution of sessions with participant observation at the school during the Supervised Internship. The results demonstrate as main effects of the reform the lack of an adequate environment to accommodate the entire school body and the demands of the new model, as well as the absence of some teaching resources to assist teaching practice, and the reduction of the workload of the Geography subject in high school. Thereby, the research concludes that neoliberal reforms in education are a means of spreading neoliberal ideals for the organization of work in society, based on social disparity; the transformation of aspects of the curriculum consists in a way of directing students towards the technical labor market on which the capitalist system depends.

**Keywords:** Supervised internship; Teacher training; School geography; New High School.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Parte frontal da ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho em reforma	28
Figura 2 –	Representação espacial da instituição escolar.....	29
Figura 3 –	Fachada da instituição.....	30
Figura 4 –	Pátio da Escola.....	30
Figura 5 –	Laterais da escola na parte frontal.....	31
Figura 6 –	Laterais da escola na parte posterior.....	31
Figura 7–	Cozinha e Banheiros da instituição.....	32
Figura 8–	Sala de aula onde ocorreu o estágio.....	32

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FVC	Fundação Victor Civita
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
REM	Reforma do Ensino Médio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Estágio Supervisionado em Geografia.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>A Reforma do Ensino Médio e a Geografia Escolar.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>Escola Campo de pesquisa: ECI EEEFM João De Freitas Mouzinho</b>	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>Reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio a partir da observação de Estágio Supervisionado.....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, a educação brasileira tem sido um dos principais desafios para o crescimento do país. Nesse viés, os maiores obstáculos são encontrados na última etapa da educação básica, ou seja, no Ensino Médio. Essa etapa apresenta a necessidade de melhorias, uma reestruturação que sanasse as problemáticas existentes. Sendo assim, após alguns acontecimentos no cenário político e econômico, Michel Temer anuncia uma Reforma do Ensino Médio (REM) no país.

Em 16 de fevereiro de 2017, a REM foi regulamentada através da Lei 13.415, promovendo um conjunto de mudanças que passaram a permear o cotidiano escolar. As transformações compiladas e direcionadas ao currículo do Ensino Médio demonstram como proposta o Novo Ensino Médio (NEM), o qual, como a própria nomenclatura propõe, apresenta um novo modelo de organização curricular.

Vale ressaltar que esse modelo afetou diretamente muitas disciplinas escolares, dentre elas a Geografia, ao definir a obrigatoriedade somente das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática no currículo, mudança que repercutiu significativamente no cotidiano escolar. Diante disso, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: quais os efeitos que a REM promoveu no contexto escolar envolvendo discente e docentes na área de Geografia?, partindo de um estudo acerca da reforma e, em seguida, apresentando ponderações sobre as vivências adquiridas no período de estágio.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral discutir os efeitos da REM no espaço escolar, na atuação docente, na aprendizagem dos estudantes, a partir do Estágio Supervisionado em Geografia, realizado na Escola Cidadã Integral de Ensino Fundamental e Médio João de Freitas Mouzinho<sup>1</sup>, no município de Sertãozinho-PB.

Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: apresentar o Estágio Supervisionado em Geografia e sua importância na formação docente no curso de Geografia da UEPB/CH/Campus III; analisar a implementação da REM e algumas mudanças propostas; e, por fim, refletir acerca das vivências experimentadas no Estágio Supervisionado em Geografia na etapa de observação no Ensino Médio.

---

<sup>1</sup> Doravante, ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho.

Diante disso, a relevância em estudar essa temática consiste na contribuição para o entendimento e para a reflexão sobre a estrutura do NEM e seus efeitos em sala de aula, mais especificamente na disciplina Geografia, para a prática docente e para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Em vista disso, é uma pesquisa que demonstra duas vertentes acerca da “nova” estrutura, aquela divulgada acerca da REM, com os aspectos expostos como “positivos”, e a reforma na prática, a realidade vivenciada, como também a ideologia estratégica oculta por trás de tantos “benefícios” propostos.

Além disso, consiste em uma pauta fundamental para a sociedade em sua totalidade, pois fornece um conjunto de leituras e de vivências fruto do Estágio Supervisionado, o qual constitui a base sólida da formação docente. Isso se dá, porque é o momento de exercer, na prática, o olhar e a postura docente, a partir das observações realizadas no campo do pesquisador docente — a sala de aula. Isso posto, compreende-se que a comunidade escolar se encontra em um processo de adaptação à nova estrutura, bem como a comunidade acadêmica, que se encontra em processo de análise a respeito de tal estrutura.

Docentes e gestores pedagógicos, os quais estão na linha de frente, buscando colocar em prática o que é possível consoante o planejamento escolar e, ao mesmo tempo, enfrentando os desafios existentes. Ademais, acadêmicos dos cursos de licenciatura, que, futuramente, estarão lecionando na sala de aula — automaticamente inseridos nessa estrutura que é o NEM — e necessitam compreender mais a respeito dela, bem como para os próprios estudantes, os quais necessitam de fontes de conhecimento completas que apresentem os dois lados da Reforma.

Nesse cenário, o presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e exploratória de abordagem qualitativa. Os instrumentos utilizados para desenvolver o trabalho foram: a revisão bibliográfica, a análise de documentos e a pesquisa de campo.

Para uma melhor compreensão do texto, o trabalho está dividido, além dessa sessão introdutória, em quatro partes. A primeira parte aborda o Estágio Supervisionado em Geografia, apresentando a importância deste na formação docente, bem como da própria geografia; a segunda trata da REM, ao discorrer sobre seu contexto histórico, sua regulamentação e seus desdobramentos na Geografia escolar. Em seguida, apresentamos a metodologia da pesquisa e a reflexão

promovida através dos resultados da pesquisa, durante a realização do Estágio Supervisionado em Geografia no NEM. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Estágio Supervisionado em Geografia**

Conforme o artigo 1º da Lei 11.788 de 2008, o estágio consiste em uma atividade educacional escolar supervisionada, produzida no ambiente de trabalho e tem como objetivo a preparação dos estudantes para o trabalho produtivo. Sendo assim, faz parte do projeto pedagógico dos cursos e pode ser obrigatório ou não, deve ser ofertado segundo a determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino, bem como do projeto pedagógico do curso.

No curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, consoante o Projeto Pedagógico de Curso– PPC (Paraíba, 2016), o Estágio Curricular Supervisionado se encontra subdividido em quatro etapas: I, II, III e IV, ordenados e expostos nos componentes didáticos-pedagógicos, consistindo em um componente curricular obrigatório. Essas quatro etapas estão organizadas em duas partes, observação e regência, respectivamente, durante duas etapas do Ensino Básico: Fundamental e Médio.

O estágio I e III são estágios de observação, sendo o primeiro no Ensino Fundamental — anos finais e o terceiro no Ensino Médio (Paraíba, 2016). Na etapa de observação, como a própria nomenclatura implica, as atividades práticas são somente de observação à didática do professor de determinado componente, a fim de analisar e vivenciar o planejamento de ensino na educação básica e a realidade escolar, e, ao final da disciplina, apresentar o relatório das atividades desenvolvidas (Paraíba, 2016).

Todavia, tal momento da formação vai além do simples cumprimento de exigências acadêmicas, pois consiste em uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional (Souza, 2017). Ao decorrer do curso, a partir das leituras de autores da área e das reflexões geradas pelas vivências que o estágio proporciona, nota-se a relevância desse momento e o seu significado na formação docente. Nesse sentido, de acordo com Borssoi (2008, p.1), o estágio constitui-se:

[...] como via fundamental na formação do professor, é essencial considerar que o mesmo possibilita a relação teoria-prática, conhecimentos do campo de trabalho, conhecimentos pedagógicos, administrativos, como também conhecimentos da organização do ambiente escolar, entre outros fatores.

À vista disso, é uma etapa que proporciona o aperfeiçoamento da correlação entre teoria e prática e o conhecimento integrado do espaço escolar, a partir da observação e, sobretudo, dos diálogos entre o estagiário, o professor-orientador do estágio, o professor-regente da Escola Campo e demais funcionários que fazem parte do ambiente escolar, para os quais o universitário tem a possibilidade de apresentar questionamentos. Consiste, portanto, em um espaço de construção de conhecimentos pedagógicos, abrangendo a universidade, a escola, os estagiários e os professores da educação básica em meio a um processo de partilha de saberes acerca da prática pedagógica (Michielin *et al.*, 2020).

Ademais, é uma etapa na qual os universitários entram em contato com os diversos aspectos que envolvem o cotidiano da instituição escolar e da população local — como culturais, econômicos, sociais, políticos, ambientais e organizacionais — que devem ser analisados de maneira interligada e aprofundada de modo a explorar como afetam o contexto educativo. Dessa forma, Monteiro e Silva (2015, p. 20) afirmam que o Estágio Supervisionado “deve ter a finalidade de integrar o processo de formação do aluno, de modo que se considere seu campo de atuação como base de análise, de investigação e interpretação crítica da realidade escolar”.

Ao considerarmos a pesquisa no Estágio Supervisionado, percebemos que ela proporciona análise e expansão dos contextos nos quais os estágios se realizam, como também permite aos estagiários o desenvolvimento da postura e de habilidades de pesquisadores por meio das situações que esta fase apresenta, para, assim, compreender e problematizar as situações observadas (Pimenta e Lima, 2017). Para desenvolver uma pesquisa no estágio e investigar com olhar crítico cada situação dentro da realidade, o universitário deve ser observador, explorador e, principalmente, curioso. Essa construção é um processo que se concretiza durante a trajetória do universitário no curso, inclusive após cada etapa do Estágio Supervisionado, que contribui imensamente para essa construção.

Em suma, o estágio — responsável por essa aproximação entre o universitário e a realidade escolar — é essencial na formação de professores nos cursos de

licenciatura, sendo um processo de aprendizagem imprescindível para o profissional que pretende, de fato, estar preparado para enfrentar os obstáculos de sua carreira (Scalabrin e Molinari, 2013). No decorrer desse processo, é importante refletir sobre medidas possíveis para saná-los, não esquecendo de reconhecer a importância de sua profissão, buscando refletir sobre ela, moldando sua prática, interagindo com outros docentes que estão em atuação, buscando informações e trocando experiências (Bossoi, 2008).

Nesse contexto, os relatos apreendidos e as análises realizadas durante as aulas no estágio permitem a reflexão, convertendo-se em fatores que intervêm na construção da prática docente a partir de questionamentos que o estagiário fará a si — sobre qual a melhor maneira de trabalhar determinado conteúdo com os alunos (considerando a série), possíveis propostas de atividades para determinado conteúdo, os recursos que poderiam ser utilizados, bem como os requisitos para considerar na hora de avaliar os estudantes. Além disso, até questões de conflito, como o que fazer, quais medidas tomar perante determinadas condutas dos discentes, como o fato da resistência de alguns ao cumprimento de seus deveres na sala.

Nessa perspectiva, o estágio representa uma oportunidade essencial para os futuros docentes terem um vislumbre da profissão, vivenciando a dinâmica do ambiente escolar, especialmente da sala de aula. Esse contato direto permite que observem as circunstâncias e necessidades dos alunos, experiência fundamental para a construção de sua prática pedagógica. Entretanto, deve-se considerar que, ao adentrar em um curso de licenciatura, os universitários trazem consigo representações pessoais acerca da docência com base nas vivências como estudantes durante o Ensino Básico.

Essas experiências constituem sua bagagem de conhecimento prévio acerca do que é ser professor, ou seja, são convicções pré-estabelecidas a partir da observação sobre a maneira como os professores desenvolviam as aulas na época em que eram estudantes do Ensino Básico. Sendo assim, seja quem de fato lecionava uma boa aula, seja quem possuía pouco domínio e segurança na sala, aqueles que detinham uma postura autoritária, bem como o controle da turma, e quais os ensinamentos significativos deixaram na vida de seus alunos (Martins e Tonini, 2016).

Dessa forma, ao partir desses aspectos, o licenciando vai construindo a sua prática docente, o seu jeito de ser professor, como almeja a sua conduta em sala de aula, que também está intimamente ligada aos valores pessoais e às características

de personalidade de cada licenciando. Além disso, liga-se, principalmente, à sua história de vida, à sua trajetória como estudante, às vivências pessoais, aos traumas, aos medos, aos aprendizados, aos exemplos dos antigos professores a partir do que se considera um professor ideal, às superações, às conquistas, bem como à escolha e à decisão de seguir na profissão. Diante do exposto, Pimenta e Lima (2002, p. 19) mencionam sobre o processo de construção da identidade docente:

A identidade do professor é construída, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor atribui à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

Vale destacar que um dos aspectos de singularidade da identidade docente consiste em sua área de formação, isto é, a área de conhecimento na qual o licenciando — futuro professor — encontra-se em processo de formação e de pesquisa. Nesse cenário, cada área possui problemáticas, complexidades, necessidades e possibilidades pedagógicas. O Estágio supervisionado oferece ao licenciando a oportunidade de aguçar a análise para cada um desses aspectos em sua área de formação, no espaço escolar, essencialmente na sala de aula,

pois as salas de aulas são excelentes laboratórios de pesquisa na qual temos a possibilidade de estabelecer as informações teóricas e colocá-las em discussão para a prática, favorecendo para construção de conhecimentos e novos paradigmas (Brito, 2021, p. 08).

Dentro das instituições escolares do Ensino Básico, nas salas de aula, o ensino de geografia enfrenta situações de questionamentos, de complexidades, de necessidades e de possibilidades pedagógicas, como mencionado anteriormente. O Estágio Supervisionado em Geografia, por sua vez, viabiliza a formulação de novas teorias que poderão ser postas em práticas — a depender da realidade da comunidade escolar na qual se encontra inserida — bem como contribui para a difusão de informações e para o conhecimento, estabelecendo uma consciência cidadã crítica (Brito, 2021).

Um dos grandes desafios vivenciados pela sociedade atual consiste na necessidade de compreender as transformações socioespaciais, os responsáveis relacionados com essas mudanças, seus interesses, como também os instrumentos

a serem manuseados para o atendimento de suas demandas; perante tal desafio, a disciplina de geografia possui papel essencial no estudo e na análise dessas transformações e tudo o que as implicam (Ribeiro e Ribeiro, 2020).

Como uma área do conhecimento da ciência humana, a geografia pensa a política, a econômica, o social, o cultural, a percepção, a sustentabilidade, a tecnologia e os fenômenos naturais, ocupando-se, assim, de todo o conjunto de processos que envolvem a humanidade no tempo e do espaço. Isso ocorre, pois é a área dedicada ao estudo do espaço geográfico mediante as inúmeras relações com o homem, com características e conceitos que a escola, enquanto instituição educadora, deve explorar com os estudantes, permitindo-os compreender a realidade na qual estão inseridos (Ribeiro e Ribeiro, 2020).

No estágio em geografia, o universitário concebe em seu consciente o encontro entre a geografia acadêmica científica e a geografia escolar enquanto disciplina. A geografia acadêmica, enquanto conhecimentos científicos brutos, da parte humana e física da geografia, biogeografia, climatologia, geologia, geografia agrária, urbana, da população. E a geografia escolar, enquanto conteúdos didáticos adaptados ao ensino escolar, as modalidades de ensino, um conhecimento que passa a ser integrado sem a divisão humana-física da geografia que se tem na universidade, embora em contextos diferentes ambas com o mesmo princípio, conforme salienta Callai (2010, p. 17),

A Geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Enquanto a matéria de ensino cria as condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultados da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da própria sociedade demarcada em seus espaços e tempos.

À vista disso, o estágio também implica ao universitário, ou seja, futuro professor, relacionar ambas as formas de fazer geografia, o conhecimento científico e as necessidades do saber escolar, os saberes necessários, construindo um conhecimento integrado e, ao mesmo tempo, didático, de maneira que o aluno compreenda os conteúdos e identifique a essência do saber geográfico presente nas realidades próximas a ele e, assim, ter a curiosidade de explorá-las.

No contexto escolar, onde o termo “decorar a matéria para a prova” se faz tão presente, a geografia é, muitas vezes, vista como uma lista de informações para memorização. Contudo, é uma realidade que necessita ser cada vez mais transformada, visto que a geografia é dinâmica em sua essência, envolvida pela dinâmica da sociedade, pelos movimentos de transformação que adentram os ambientes escolares, como também pela efetiva participação dos estudantes nesse cenário, enquanto agentes geográficos transformadores do espaço em sua volta (Brito, 2021).

Nesse viés, a geografia é uma disciplina que permite inúmeras possibilidades pedagógicas, na qual o conhecimento pode ser construído de uma forma mais dinâmica, a partir da introdução mais assídua da parte prática durante o processo de formação. Isso é possível com o auxílio da reflexão e da instrumentalização da prática, do uso de recursos didáticos, de metodologias para além do método tradicional de provas, a fim de promover um ensino significativo, crítico, curioso e não enfadonho e decorativo. Afinal, o êxito na construção de qualquer conhecimento também depende da abordagem que recebe.

Ademais, para que essa forma de ensino seja efetivada, cabe ao professor obter a visão crítica perante os conteúdos lecionados e, sobretudo, acerca da própria estrutura de ensino na qual ele se encontra inserido. Para tanto, faz-se necessário considerar suas transformações ocorrentes, bem como o propósito dessas mudanças, informando-se das consequências para sua área de ensino e de sua profissão na totalidade. Diante disso, o Estágio Supervisionado de Observação no Ensino Médio abarca sessões de observação participante, promove a experiência na última etapa da Educação Básica, a qual enfrenta mudanças e reformas em sua configuração, conforme trataremos a seguir.

## **2.2 A Reforma do Ensino Médio e a Geografia Escolar<sup>2</sup>**

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases, a etapa do Ensino Médio tem como finalidade:

---

<sup>2</sup> Recentemente, o Novo Ensino Médio passou por novas mudanças, tendo alguns pontos da reforma revistos. No entanto, aqui centramos nossas discussões na implementação da Lei 13.415/2017 na qual os efeitos reverberaram durante o período de desenvolvimento de nossa pesquisa.

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 2021, p. 25).

Com duração de três anos, o Ensino Médio consiste em um direito público próprio de todo o cidadão (Brasil, 2018). Entretanto, é posto como “o principal desafio da educação brasileira, pois este apresenta um quadro de estagnação das matrículas e o país conta com mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola” (Frigotto, 2016).

Em um debate no Programa Roda Viva<sup>3</sup>, emitido no dia 12 de março de 2018, José Mendonça Filho, então Ministro da Educação, afirmou que “o Brasil está atrasado, 25% dos jovens que terminam o ensino fundamental, largam o ensino médio, logo de entrada”, o que o coloca em desvantagem com relação a outros países. Para além, “ao longo da história, o ensino médio no Brasil tem sido caracterizado como um problema por resolver” (Freitas, 2023 p. 13). Com base em tais problemáticas, o governo buscava uma solução que sanasse as situações de desvantagem e de atraso, para gerar resultados positivos. Desse modo, essa “solução” foi desencadeada com a REM.

Para tanto, faz-se necessário voltarmos a atenção para o cenário político em que se encontrava o Brasil no ano de 2014. Devido à instabilidade política instaurada no país, a presidente Dilma Rousseff, a qual se encontrava no poder, sofreu um processo de impeachment, que iniciou em dezembro de 2015 e se estendeu até o dia 31 de agosto de 2016. Quando Dilma é afastada da presidência, seu vice-presidente, Michel Temer, consegue entrar no poder no mesmo dia. Esse contexto ficou conhecido como Golpe Jurídico-parlamentar-midiático de 2016. Segundo Farias (2017, p. 130):

Entre os componentes conservadores do pacote de mudanças imposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora, e que recoloca o Brasil nos trilhos de um ultraneoliberalismo e, conseqüentemente, da globalização do capitalismo, de maneira subalterna e periférica, configuram-se as reformas no campo da

---

<sup>3</sup> RODA Viva | Mendonça Filho | 12/03/2018. YouTube, 13 de março de 2018. 1h22min38s. Disponível em: <https://youtu.be/KJXUljgeWmU?si=MaAKuP2H0ZVZfnu3>. Acesso em: 02 jun. 2024;

educação, cujo propósito é enquadrá-la aos ditames do mercado. Entre essas reformas se evidencia o chamado novo Ensino Médio.

Nesse cenário, o NEM foi aprovado através da Medida Provisória 746/2016 (Corti, 2019), o que, posteriormente, conferiu-lhe o caráter de lei, devendo ser implementado até o ano de 2022. A Lei 13.415/2017, que implementa a REM, altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), documento que regulamenta a educação brasileira (Freitas, 2023). Em sua atualização para o Ensino Médio, reduz a obrigatoriedade de disciplinas no currículo, elegendo apenas duas (Língua Portuguesa e Matemática) como obrigatórias, e somente um idioma estrangeiro obrigatório (Língua Inglesa).

Desde então, estudantes e professores do Ensino Médio vêm enfrentando uma série de transformações significativas no sistema de ensino, como a ampliação da carga horária, que passa de 800 para 1.400 horas, devendo ainda ser ampliada de forma progressiva (Brasil, 2017). Dessa forma, gradualmente, as escolas deveriam funcionar de forma integral.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a transformação do currículo seria a solução para a garantia de uma educação de qualidade aos jovens, aproximando as escolas da realidade dos estudantes com base nas demandas atuais do mundo do trabalho e da vida em sociedade. A mudança de disciplinas para área do conhecimento demonstra a descentralização de grande parte delas, as quais perdem a posição de obrigatórias e se tornam apenas uma “opção” para os alunos, causando efeitos consideráveis no ensino e na aprendizagem dos jovens. Dentre as disciplinas que deixam de ser obrigatórias, destacamos a Geografia.

Ao tempo de sua aprovação, os comerciais emitidos pelo MEC apresentam o NEM, expondo jovens felizes e satisfeitos com as mudanças que a estrutura promove, demonstrando a “liberdade” que eles passam a ter com a nova estrutura. Em outras palavras, a escolha da carreira profissional que se pretende seguir, através do discurso de autonomia e de protagonismo que geram esse poder de decisão. Segundo Corti (2019), como bom estrategista no jogo político, o Governo, a partir das assessorias de imprensa, consegue disseminar pautas e ações reformistas na mídia, servindo como forte impulsionador para cobertura jornalística, bem como para os debates constituídos na sociedade civil.

Assim, o NEM consiste em uma política educacional que estabelece a nova organização curricular educacional, o qual apresenta a flexibilização do currículo (Costa, 2023). A Reforma é consequência do aperfeiçoamento de um conjunto

numeroso de propostas pensadas para tal etapa da educação básica, propostas essas que percorrem governos, obtendo as primeiras formulações identificadas desde meados da década de 1990 (Freitas, 2023).

No que diz respeito às motivações que levaram ao estabelecimento da REM, de acordo com um documento escrito pelo ex-ministro de educação Mendonça Filho, que apresenta uma pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em conjunto com a Fundação Victor Civita (FVC), a qual demonstra que os jovens de baixa renda não veem sentido no que escola ensina. A partir dessa evidência e de outros dados quantitativos, alicerçam-se os motivos centrais para o urgente estabelecimento da reforma: a evasão e o abandono escolar, bem como o desempenho educacional dos estudantes (Brasil, 2016).

Sendo assim, foi estabelecida uma organização curricular dual: de um lado está a parte básica e comum do currículo, responsável por definir as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes e, do outro, a parte diversificada, apresentada como a dimensão flexível do currículo, que corresponde aos itinerários formativos, os quais são escolhidos conforme os desejos, aptidões e capacidades dos estudantes (Freitas, 2023).

Na formação geral básica dos estudantes, as disciplinas, passam a ser acopladas em áreas do conhecimento, (I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas), formato já utilizado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obtendo 1.800 horas destinadas para essa formação (União, 2019).

Como já mencionado, a nova estrutura apresenta uma espécie de flexibilização curricular com a inserção dos itinerários formativos, que consistem em um conjunto de situações e de atividades educativas, as quais os estudantes irão escolher de acordo com sua vontade, com o objetivo de ampliar e de aprofundar aprendizagens (União, 2019). De forma mais específica, são: disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudos, entre outras atividades optadas pelos alunos (MEC, 2018).

Adentrando a LDB, mais especificamente na parte da área das Ciências Humanas e sociais aplicadas, a Filosofia e a Sociologia, reduzidas a estudos e práticas (Brasil, 2021), perdem a posição de disciplinas obrigatórias e se apresentam com uma configuração imprecisa. A Geografia, foco dessa discussão, simplesmente

não é citada na estrutura da LDB, devendo ficar a cargo da interpretação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018).

A BNCC, é um documento de caráter normativo, que institui um conjunto de aprendizagens fundamentais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes no decorrer das etapas e modalidades da Educação Básica. Nessa perspectiva, esse documento consiste em uma referência nacional para a elaboração dos currículos dos sistemas de ensino e das redes escolares dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares (Brasil, 2018). Dessa forma, como mencionado anteriormente, esse documento é dividido em duas partes: a comum e a diversificada. E, para garantir as aprendizagens fundamentais a serem desenvolvidas durante as três etapas do Ensino Básico, estabelece competências gerais.

O Ensino Médio, por sua vez, está organizado em quatro áreas do conhecimento, para cada área do conhecimento são estabelecidas competências específicas de área que devem ser desenvolvidas no decorrer dessa etapa. Para assegurar o desenvolvimento dessas competências específicas de área, para cada uma é relacionado um conjunto de habilidades, as quais representam as aprendizagens a serem garantidas no contexto da BNCC para os estudantes do Ensino Médio (Brasil, 2018).

Ao analisar a BNCC em busca de orientações para a Geografia, encontramos o capítulo que apresenta a área das ciências humanas e sociais aplicadas, a qual reúne filosofia, geografia, história e sociologia em um só campo do conhecimento. Em seguida, o documento apresenta algumas categorias de análise consideradas importantes na formação do estudante, a saber: tempo e espaço, territórios e fronteiras, indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética e política e trabalho. Essas categorias são hierarquizadas e conceituadas de uma forma geral pelo documento. A orientação é trabalhar as categorias a partir de um arranjo estrutural investigativo (Brasil, 2018).

É válido ressaltar que o documento em questão traz uma abordagem ampla e imprecisa e, através dessa perspectiva, a disciplina Geografia é descaracterizada, pois, com a mudança de disciplina para área do conhecimento, a Geografia perde as suas especificidades ao ser apresentada com uma abordagem geral. Dessa forma, o fato de a disciplina Geografia ser integrada a uma área do conhecimento, sem a trabalhar de forma individual como uma maneira de gerar a multidisciplinaridade,

também faz com que os estudantes não consigam distinguir de qual área vem os conteúdos apresentados, acarretando que todo conhecimento venha de uma única área.

Ademais, segundo Freitas (2023), para realizar uma reforma desse nível, é necessário refletir sobre todos os aspectos, ou seja, bons e ruins, considerando as vozes das pessoas presentes no cerne dessa mudança. No entanto, toda essa estrutura — e como ela se propagou e chegou até o estágio de Lei — faz parte de um plano maior, de uma ideologia neoliberal, na qual as pessoas que financiam a educação brasileira acreditam e seguem.

Ainda para o autor supracitado, uma reforma moldada com base nos interesses da classe que ocupa o topo da pirâmide social atravessa diferentes governos, mantendo-se presente com uma nova aparência e novos contornos. Esse modelo revisita o antigo esquema da classe dominante de negar aos filhos da classe trabalhadora e operária uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, documental, descritivo e exploratório. Na pesquisa bibliográfica, com o levantamento de informações a partir das fontes secundárias: livros, artigos e monografias. Os principais autores que embasaram a discussão do presente trabalho foram: Corti (2019), Farias (2017), Freitas (2023), Frigotto (2024), bem como Borssoi (2008), Monteiro e Silva (2015), e Pimenta e Lima (2002, 2017).

No que tange ao caráter documental, para complemento da pesquisa bibliográfica, houve o levantamento de fontes primárias, nas quais os documentos analisados foram a BNCC e a LDB. Tais documentos foram analisados a partir da investigação e da interpretação dos conteúdos. Além disso, a investigação documental consiste em um tipo de pesquisa que utiliza materiais que ainda não obtiveram tratamento analítico (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

A parte descritiva, por seu turno, compõe-se de um estudo investigativo e se desenvolve a partir de um processo descritivo, objetivando a identificação, o registro ou análise de aspectos que estão associados com o fenômeno ou processo investigado (Nunes, Nascimento, Luz, 2016). Nesse sentido, a presente pesquisa contém a descrição da temática abordada, utilizando embasamento teórico e a realidade vivenciada no estágio, a partir do qual são relatados os aspectos identificados no fenômeno estudado.

Já a pesquisa exploratória é aquela que, na abordagem qualitativa, possui o objetivo de conhecer o fenômeno estudado da forma que ele se apresenta ou ocorre no contexto em que está inserido, além de contemplar os dados qualitativos de maneira ordenada, com uma compreensão ou interpretação aprofundada do fenômeno investigado (Losch, Rambo, Ferreira, 2023). Desse modo, foi realizado um levantamento de informações de maneira ampla, obras e registros a respeito da REM, possibilitando um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, assim como houve a investigação no campo, em uma determinada instituição de ensino, a respeito da realidade escolar na qual foi realizada essa pesquisa.

Na sequência, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, a qual direciona seu foco de estudo para o processo vivenciado pelos sujeitos (Gonçalves, 2017). Nesse viés, são situações vivenciadas pelos sujeitos pesquisados, com base na

percepção e na experiência do indivíduo pesquisador, que também se encontra incluso na estrutura em que a pesquisa é realizada.

Nesse sentido, o presente estudo se desenvolveu a partir do Estágio Supervisionado em Geografia III com a observação no Ensino Médio, no qual o pesquisador se encontrava como participante e analisador do contexto. O estágio compreendeu o período de 2023.1, especificamente entre 16 de março e 15 de junho do ano supracitado. Foi desenvolvido na turma da 3ª série B, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, acompanhando o professor de Geografia, e a dinâmica da sala de aula na ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho, localizada na zona urbana do município de Sertãozinho, Paraíba.

A pesquisa esteve voltada para o estudo dos efeitos da REM no espaço escolar e na aprendizagem dos estudantes, na atuação docente dentro da realidade da Geografia escolar durante o Estágio Supervisionado na escola citada anteriormente. Nesse contexto, analisamos as mudanças ocorridas no ambiente, no cotidiano escolar envolvendo a prática docente, bem como o processo de ensino e aprendizagem dos discentes da turma do 3º ano B da referida instituição de ensino, como essas transformações repercutiram na realidade da instituição em particular, e na Geografia escolar. As observações ocorreram no turno matutino, as aulas duravam de 45 minutos a 1 hora.

Para tanto, utilizamos instrumentos para a coleta de dados, a saber: revisão bibliográfica, análise de documentos e pesquisa de campo. Durante o campo, utilizamos o método da observação participante, o qual inclui o pesquisador no processo da pesquisa, a partir do momento que ele convive e partilha do cotidiano da realidade social com as pessoas reais, suas culturas e seus grupos sociais, não apenas separando teoria e prática, mas participando da história do objeto de pesquisa (Lemos, 1986).

Na sequência, como ferramenta de análise de dados, foi utilizada a investigação e a interpretação, para examinar os documentos, as observações descritas no diário de campo e demais materiais teóricos. Diante disso, a pesquisa ocorreu em quatro etapas. A primeira etapa ocorreu no Estágio Supervisionado, mais precisamente na universidade, com as leituras dos materiais propostos pela professora do componente e com as discussões realizadas em sala. Em seguida, com o estágio realizado na Escola Campo, onde ocorreram as observações e anotações do ambiente escolar, das aulas de Geografia: a prática docente, a realidade do corpo

escolar e dos alunos, bem como a assinatura dos documentos que regulamentam o estágio.

Na segunda etapa, ocorreram os diálogos com o professor da disciplina e com o coordenador pedagógico, como também os registros fotográficos do espaço escolar. No que tange à terceira etapa da pesquisa, aconteceu a construção do relatório de estágio em complementação com as leituras do componente e com as leituras adicionais.

A quarta etapa, isto é, a última, foi o aprofundamento das leituras a respeito da temática, as análises minuciosas das observações descritas, a seleção e a comparação das informações, das observações com os fatos encontrados com as leituras realizadas e, assim, a construção do trabalho final.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Escola Campo de pesquisa: ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho**

O Estágio foi desenvolvido na ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho, localizada na zona urbana do município de Sertãozinho-PB. Na época de realização do estágio, o corpo discente, o corpo docente e demais funcionários da referida instituição não se encontravam em seu prédio original. Com a migração sistêmica do Ensino Regular para o Ensino Integral, iniciou-se a reforma em toda a estrutura do prédio escolar, o qual não comportava a proposta e as demandas do Ensino Integral e precisava ser ampliado.

**Figura 1** – Parte frontal da ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho em reforma



**Fonte:** arquivos da própria instituição escolar (2023).

Dessa forma, todos os integrantes da referida escola foram transferidos para outro espaço, uma propriedade que, inicialmente, já abarcava duas escolas: estadual e municipal. Com a chegada da Escola Cidadã Integral, três instituições de ensino de níveis distintos passaram a coexistir na mesma propriedade, sendo cada qual em seus horários de funcionamento em uma realidade atípica.

Em uma parte da propriedade, funcionava a Escola Estadual de Ensino Fundamental Belmira Arruda Alcoforado, que ofertava o Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), bem como a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e mantinha o funcionamento nos turnos tarde e noite. Na outra parte da propriedade, funcionava a Escola Municipal Ulisses Maurício de Pontes, a qual ofertava do 5º ano do Ensino Fundamental — anos iniciais ao 9º ano do Ensino Fundamental — anos finais e a EJA, as aulas ocorriam nos turnos manhã, tarde e noite.

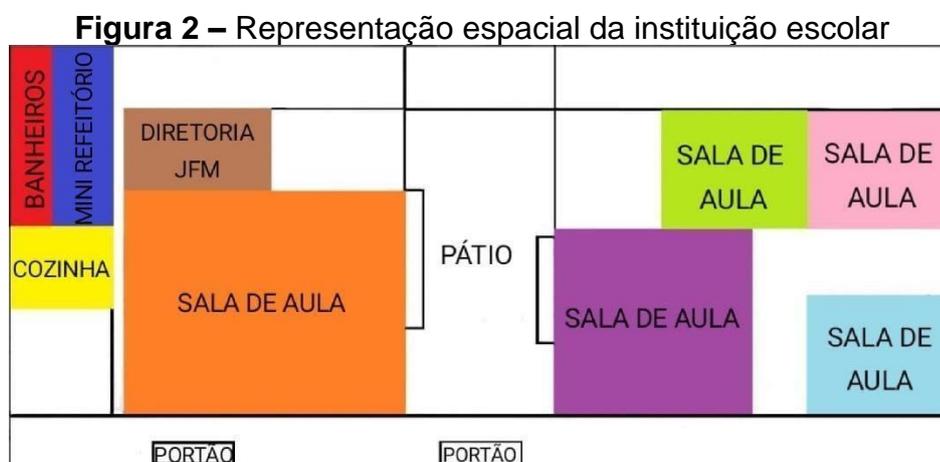
O corpo docente, os discentes e demais funcionários da escola Cidadã Integral, que oferta do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, instalaram-se na parte estadual, dividindo o espaço com a escola Belmira, mantendo o funcionamento das aulas para os estudantes no turno manhã. Diante dessa realidade que a ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho se encontrava, não era possível a concretização do NEM em sua integralidade (período integral), pois o fato de estarem dividindo o espaço escolar restringia seu período de aulas a meio turno.

Ademais, com relação ao quantitativo de docentes e de discentes, a instituição abarcava quinze professores na totalidade — tendo apenas um professor com

formação em Geografia — e contava com cento e noventa e três estudantes matriculados, distribuídos conforme as séries ofertadas no Ensino Médio. A ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho, como única escola estadual na cidade que ofertava o Ensino Médio, recebia grande quantidade de alunos tanto da zona urbana como da zona rural do município em questão.

É válido destacar que a infraestrutura da escola se encontrava em bom estado, uma vez que atendia as necessidades do público referente às modalidades de ensino que eram próprias da instituição. Entretanto, era inadequada para abarcar o quantitativo de discentes da ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho e as demandas da estrutura curricular do NEM, sobretudo no que diz respeito à sua integralidade.

Ao todo, eram cinco salas de aula equipadas com ventiladores, mesas e carteiras, uma sala comportava a secretaria e a diretoria, uma cozinha com um pequeno refeitório e um depósito de materiais. Havia, também, dois banheiros e um pequeno espaço que correspondia ao pátio da escola. A seguir, há algumas imagens da representação espacial da instituição e, na sequência, registros fotográficos dos departamentos da escola.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

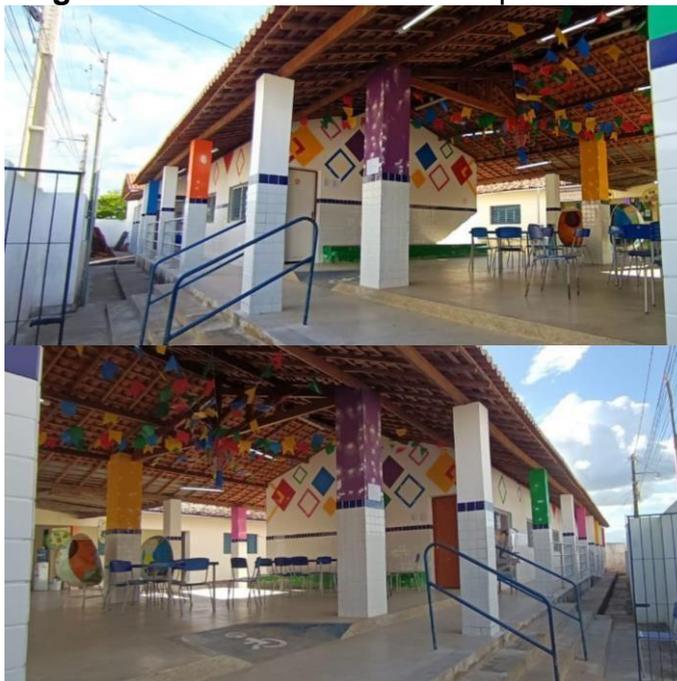
**Figura 3 – Fachada da instituição**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Figura 4 – Pátio da Escola**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Figura 5 – Laterais da escola na parte frontal**



Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Figura 6 – Laterais da escola na parte posterior**



Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Figura 7 – Cozinha e Banheiros da instituição**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

**Figura 8 – Sala de aula onde ocorreu o estágio**

Fonte: dados da pesquisa (2023).

As salas de aula se tornavam pequenas com a quantidade de alunos existentes, não havia espaços para descanso e lazer. O pátio e refeitório eram reduzidos e não comportavam todos os alunos. A sala que funcionava como a diretoria e a secretaria

também era pequena e não comportava os professores, os quais, entre os horários de entrada e de saída das salas, ficavam no pátio ou no refeitório, realizando planejamento e/ou resolvendo outras demandas de sua carga horária. Ademais, não havia um espaço apropriado para promover aulas diferenciadas além da própria sala de aula.

Tal fato consiste no primeiro efeito identificado que foi gerado pela reforma: a maneira com que a comunidade escolar é retirada de seu ambiente de origem e transferida para um espaço com uma realidade inadequada para abarcar suas necessidades. Nesse viés, não era adequada para o corpo escolar no que se refere às atribuições do currículo e às necessidades da rotina escolar, e essa realidade demonstra-se como um desafio tanto para o processo de ensino e aprendizagem do aluno quanto para a prática docente.

Como afirma Leher (2023), as escolas que não possuem adequação física para atender o currículo imposto, uma realidade em quase todas as escolas públicas, devido a um excessivo número de alunos em cada turma e a um espaço pequeno, ocasiona a desvalorização do trabalho docente e dificulta o processo de formação dos estudantes.

Ademais, é fundamental considerar a transformação vivida por professores, alunos e toda a comunidade escolar com a transição de espaço. Eles deixam um ambiente escolar que precisa ser adaptado para atender às demandas da nova estrutura curricular e migram para outro espaço, muitas vezes igualmente inadequado para suprir as exigências do NEM em relação às atribuições do currículo.

Em seguida, como recursos tecnológicos disponíveis, havia uma televisão instalada em uma sala específica, assim como *data show*, caixa de som e o fornecimento de *internet* para os estudantes. Com relação aos recursos pedagógicos, havia alguns materiais básicos, como cartolina, e.v.a., quadro em cada sala de aula, porém não havia livros. Segundo o coordenador pedagógico da escola, a última remessa de livros referente ao Ensino Médio Regular estava vencida, e eles estavam com dificuldade em adquirir livros adequados com a nova estrutura de ensino. Além disso, não havia recursos diversificados para desenvolver uma aula dinâmica.

Na sequência, o NEM na ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho estava organizado da seguinte maneira: a parte comum — que correspondia às disciplinas obrigatórias — e a parte diversificada — que consistia nas disciplinas eletivas, que são parte dos itinerários formativos. Havia um cronograma com todas as disciplinas e

com os horários distribuídos conforme as demandas de cada uma delas. Vale ressaltar que a carga horária das aulas de cada disciplina foi adaptada de forma autônoma pelos professores, pela diretora e pela equipe pedagógica, com base na realidade que estavam vivenciando no prédio onde se encontravam temporariamente.

Nesse cenário, a instituição ofertava ao todo cinco disciplinas eletivas escolhidas pelos alunos a partir de sua realidade, a saber: esporte e inclusão; preparatório para o Enem: português e matemática; reciclagem; e preparatório para concurso de polícia e nutrição. As aulas das eletivas ocorriam uma vez por semana, um horário disponível com cinquenta minutos e dois professores por sala. Ou seja, duas eletivas na mesma sala.

O professor de Geografia da instituição em que se desenvolveu o estágio lecionava duas eletivas para cumprimento da carga horária, sendo duas por ano. Isso porque havia um curto prazo disponível para o funcionamento das aulas, e a organização da estrutura curricular na realidade da ECI EEEFM João de Freitas Mouzinho.

Essa realidade revisita que “a liberdade” para escolher os itinerários por parte dos estudantes está submetida às opções oferecidas pela escola, ficando a cargo das instituições de ensino. Nesse sentido, mesmo que os estudantes sejam livres para fazer suas escolhas, essa liberdade é limitada à lista de opções organizada e oferecida pelas instituições de ensino de acordo com suas possibilidades e a realidade da escola (Freitas, 2023).

Ademais, com relação à Geografia, essa disciplina estava presente em todas as turmas do Ensino Médio, da 1ª à 3ª série. As aulas de Geografia na 3ª série ocorriam uma vez por semana, nas quais o professor trabalhava, particularmente, os conteúdos da área, com duração de quarenta e cinco minutos. Ao todo, foram cinco aulas observadas.

#### **4.2 Reflexões sobre o Ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio a partir da observação de Estágio Supervisionado**

O professor lecionava em um formato de aula expositiva-dialogada, na qual ele apresentava as principais informações do conteúdo e, em sequência, lançava questionamentos aos estudantes a respeito do assunto. Com efeito, criava conexões

entre o conteúdo e os exemplos da realidade próxima dos estudantes, instigando-os a interagir. Essa exposição do conteúdo era feita por meio de *slides* dinâmicos.

Durante as aulas, foram trabalhados os seguintes conteúdos, respectivamente: conflitos étnicos separatistas e nacionalistas, geopolítica mundial, vegetação e clima do Brasil e hidrografia. Esses conteúdos foram organizados pelo próprio professor com base em sua experiência em sala de aula nessa etapa do Ensino Médio. Para tanto, ele traçava um cronograma de conteúdos que seriam trabalhados a cada semana e informava qual seria o assunto da aula.

O docente observado era comprometido e dedicado, buscava diversificar a maneira de lecionar suas aulas mesmo com poucos recursos e um espaço limitado, utilizando-se de mapas mentais, resumos e mapas cartográficos, além do uso de alguns recursos didáticos, a exemplo de vídeos e de músicas que tinham relação com o conteúdo abordado.

Contudo, durante o estágio, foi perceptível as dificuldades que o professor possuía para compreender e dialogar com essa nova estrutura do NEM. Devido ao fato de ser algo recente que gerou grande mudança na realidade escolar. Nesse novo cenário, todos se encontravam em fase de adaptação. Um exemplo é a falta de livros didáticos organizados para o novo modelo. Essa realidade apresenta um segundo efeito gerado pela reforma que atinge a prática docente.

A reforma traz como base uma estrutura um tanto imprecisa para os professores, como já mencionado anteriormente nesse trabalho. Dessa forma, questiona-se: como o docente irá trabalhar a sua área do conhecimento sem uma sequência didática precisa que demonstre a ele um caminho do que, de fato, pode lecionar? Existe um conjunto de competências e habilidades a serem usadas, mas permanece o questionamento de como e quando as usar, diante de qual conteúdo.

Outro aspecto da realidade observada consiste na carga horária. Durante a observação, era possível perceber o quão reduzido era o tempo de aula disponibilizado para o professor lecionar os conteúdos de Geografia. Esse foi o terceiro efeito que chegou à sala de aula, em outras palavras a redução de carga horária da Geografia, o que se constitui como um dos grandes obstáculos para a prática docente e o ensino e aprendizagem dos alunos. Pois, o professor precisava reunir os principais aspectos do conteúdo e, ao mesmo tempo, resumir ao máximo para lecionar no tempo determinado pelo cronograma escolar, não conseguindo, por vezes, finalizar sua explanação.

Na sequência, para além da carga horária, outros desafios foram identificados: o desânimo, a indisciplina e o desinteresse por parte de alguns alunos em participar da aula, compreender o conteúdo, no mínimo prestar atenção no que está sendo ensinado. Nesse sentido, o que persistia, muitas vezes, eram as conversas paralelas com os colegas e a distração com o aparelho celular durante as aulas. Esses são desafios constantes presentes no contexto escolar que fazem parte dos relatos entre os docentes.

No que tange aos desafios da educação, podemos citar estudantes que abandonam a escola e desistem de estudar, alunos que não atingem as notas esperadas pelo sistema de ensino. E, em meio a essa realidade, perpetuam os questionamentos a respeito de quais medidas tomar para transformar esse cenário, por onde começar, qual caminho deve ser seguido. A REM, por sua vez, responde tais questionamentos através da reorganização do currículo, em que prega uma escola que seja atrativa para os jovens e que consiga contribuir para amenizar tais desafios estruturais (Freitas, 2023).

Entretanto, a análise dessas problemáticas deve levar a uma reflexão aprofundada para além de uma estrutura curricular e discursos de “atratividade escolar”. É necessário considerar todo um contexto, bem como todos os que estão inseridos nele, especialmente os estudantes. Como afirma Silva e Boutin (2018), deve-se pensar quem é o aluno do Ensino Médio brasileiro. São estudantes que enfrentam inúmeras dificuldades (psicológicas, sociais, culturais e, até mesmo, geográficas) e desafios em sua realidade familiar, em sua vida pessoal, até mesmo financeira.

Tais educandos, muitas vezes, precisam trabalhar em horário contrário ao que estudam para ajudar em casa. Além disso, precisam enfrentar outros desafios todos os dias e, em muitas dessas realidades, não possuem nenhuma ajuda profissional, direcionamento, ou um apoio familiar para lidar com as problemáticas da juventude. Esses são fatores que também interferem no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Isso posto, os reformistas desconhecem a realidade da escola pública brasileira e de seus estudantes, organizam um currículo com atribuições inviáveis, ressaltam algumas pautas e anulam outras que são fundamentais. Essa “nova” proposta curricular apresenta um ensino impreciso e a meta é que isso se intensifique.

O neoliberalismo, dentro do contexto educacional, transforma a escola em uma empresa, e quem mais perde com a implementação dessas políticas neoliberais na educação são as escolas públicas. Isso ocorre, pois são nelas que estão a maioria do público discente da sociedade brasileira, pertencentes ao proletariado, com a realidade econômica hipossuficiente, não tendo acesso às condições mínimas de subsistência, que lutam por uma ascensão social e uma vida mais digna.

A partir das leituras e das observações, na prática, consegue-se perceber que a escola virou uma empresa. Essa realidade fica implícita com o NEM e, sobretudo, com a corrida em preparação para o ENEM, principalmente no último ano do Ensino Médio. Inúmeros são os discursos que a reforma apresenta, defendendo que o aluno pode escolher o caminho que desejar seguir e a profissão de sua escolha. Todavia, ao mesmo tempo em que o sistema diz ao estudante que ele pode chegar aonde quiser com o estudo e com o conhecimento necessário, também retira o conhecimento essencial para o seu crescimento intelectual.

A educação neoliberal não tem a menor intenção de preparar os jovens do proletariado para ascender ao Ensino Superior, desenvolver o pensamento crítico, a consciência de classe, já que é perigoso demais para a permanência do império capitalista na sociedade e a posição daqueles que estão no topo da pirâmide social. Pelo contrário, seu objetivo é selecionar muito estritamente aqueles que estão “aptos” a entrarem nesse espaço, “aqueles que merecem”, de fato, estar na academia, um quantitativo reduzido de alunos.

Para aqueles que não estão aptos, é reservado lugar no exército de reserva dos trabalhadores tecnicistas. Nesse sentido, devem passar o resto de suas vidas em uma condição alienada, trabalhando por horas, sem consciência, lutando pela sobrevivência e servindo como base na pirâmide social, o último degrau, o menos privilegiado e mais sucateado, que segura sob seus ombros toda estrutura piramidal, a burguesia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu os efeitos gerados pela REM no espaço escolar, na prática docente e na aprendizagem dos estudantes mediante a disciplina de Geografia, a partir da realidade observada no Estágio Supervisionado. Além disso, apresentou o Estágio Supervisionado e sua importância para a construção da identidade docente, a relevância do estágio em Geografia e da referida área. Analisou o processo de implementação da REM e algumas transformações propostas, assim como refletiu as vivências no estágio.

Dentre os efeitos identificados, estão a migração do corpo escolar que sai do seu prédio original para uma estrutura escolar menor, inadequada para comportar a comunidade escolar, o que afeta, diretamente, a consolidação da reforma na instituição. Ademais, a redução da presença da Geografia enquanto saber indispensável no Ensino Médio, ou seja, a diminuição de sua carga horária. Também há os desafios para o trabalho docente, a ausência de alguns recursos didáticos, o desânimo e o desinteresse por parte de alguns alunos.

Para além da discussão dos efeitos gerados pela REM, a presente pesquisa analisou a teoria da reforma, aquilo que ela promete e estabelece, bem como a maneira que ela ocorre na prática, como é vivenciada a partir das condições e da realidade da instituição de ensino. Nessa perspectiva, não somente refletiu as vivências no estágio, como também apresentou a forte presença da doutrina por trás da reforma proposta que é o neoliberalismo.

A etapa de leituras permitiu a compreensão do processo de regulamentação da reforma, seu surgimento, os motivos da sua proposição, bem como as transformações que ela promove e estabelece na reorganização do currículo. Além disso, promoveu o maior conhecimento do discurso reformista propagado na sociedade, as estratégias do governo para a adesão da reforma e a presença do neoliberalismo. E, sobretudo, permitiu a construção e a compilação de uma explicação clara e objetiva para a formulação desse trabalho.

A etapa da pesquisa em campo durante período de observação no Estágio Supervisionado permitiu perceber a reforma na prática, de maneira fragmentada, incompleta, a qual pode não ocorrer, de fato, da maneira como prega a teoria, como está proposto perante a realidade das instituições de ensino. Bem como, proporcionou analisar a interferência e a repercussão em toda estrutura da escola física e curricular,

as quais respectivamente abarca e norteia o cotidiano escolar, as aulas, as atividades, a prática docente e a formação dos alunos.

Além disso, permitiu identificar as orientações do currículo, o que deve ser cumprido pela escola diante das propostas do currículo do NEM, e se realmente há condições de cumprir tais orientações. Em outras palavras, o que está sendo apresentado e o que é viável e inviável para a escola realizar, perante sua realidade e seus desafios.

A pesquisa contribuiu para a compreensão de como os ideais neoliberais propagam-se na sociedade brasileira através das reformas neoliberais presentes na educação, apresentando um caso atual que é a REM. Isso se deu por permitir uma explanação mais completa sobre como ela pode afetar a comunidade escolar a partir das mudanças no currículo e como isso pode atingir o ensino e aprendizagem dos estudantes e a prática docente.

Ademais, contribui para compreender os fatos não de uma maneira isolada, mas interligada às mudanças no cenário político e econômico de interesses específicos das classes dominantes e como elas atuam para permanecerem no topo da pirâmide social. Ou seja, negando às classes dominadas a ascensão e o conhecimento necessário para a constituição de um cidadão crítico e consciente de seus direitos, para continuarem atuando na condição mecanicista e alienada, não conseguindo, assim, enxergar além das determinações da classe dominante.

## REFERÊNCIAS

BORSSOI, B. L. O Estágio na Formação Docente: da teoria à prática, ação- reflexão. Cascavel-PR. *In*: 1º SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2008, Cascavel, PR. **Anais eletrônicos**. Cascavel: Unioeste, 2008Disponível em:

<https://docplayer.com.br/255975-O-estagio-na-formacao-docente>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais do Ensino Médio**. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 05.04.2019, seção 1, p. 94.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5º ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera os artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 set. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm). Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição de Motivos nº 84/2016/MEC**. Brasília-DF, 15 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**: Perguntas e respostas. Brasília, DF: MEC. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 05.04.2019, seção 1, p. 94.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as

Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 05.04.2019, seção 1, p. 94.

BRITO, Ana Claudia Sousa. **Estágio supervisionado em Geografia: a relação teoria/prática no cotidiano escolar**. 2021. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, EAD-João Pessoa, 2021.

CALLAI, Helena Copeti. A Geografia Ensinada: os desafios de uma Educação Geográfica. *In*: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; MORAES, Loçandra Borges de. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEC, 2010.

CORTI, A. P. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do ensino médio de 2017. Belo Horizonte. **Educação em Revista**. vol. 35. 17 de outubro de 2019. 20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698201060>. Acesso em: 25 mar. 2024.

COSTA, M. C. O. **Novo Ensino Médio na Paraíba: a perspectiva de estudantes e professores de Escolas Cidadãs Integrais Técnicas**. 2023. 86f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/30880>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FARIAS, P. S. C. A Reforma que Deforma: o Novo Ensino Médio e a Geografia. **Pensar Geografia**, v. I, nº 2, p. 129 – 149, 2017. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/PGEO/article/view/747/660>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, T. B. **Ensino médio personnalitéé: prestidigitações do capital na educação pública**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

FRIGOTTO, G. [s.n.]. **Portal de Periódicos Fiocruz**, Rio de Janeiro, 30 set. 2016. Entrevista concedida a Marise Ramos pelo editor associado da Revista Trabalho, Educação e Saúde e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/gaudencio-frigotto>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GONÇALVES, M. T. **A gestão da cultura informacional: Uma alternativa para a replicação do trabalho?** Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Belo Horizonte, 28 de novembro de 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42783>. Acesso em: 14 maio 2024.

LEHER, Roberto. Desafios democráticos: reformas sociais ou contrarreformas empresariais? **Observatório das “Reformas” Educacionais**. CURSO DE EXTENSÃO (on-line), 2023.

LEMOS, A. I. G. Pesquisa participante em geografia uma linha de ação experiências na periferia de São Paulo. **Boletim de Geografia Teorética**. v. 16-7, n. 31-4, p. 285-8, 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000771393>. Acesso em: 14 maio 2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARTINS, R. E. M. W.; TONINI, I. M. A importância do estágio supervisionado em Geografia na construção do saber/fazer docente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 20, n.3, p. 98-106, 2016.

MICHIELIN, C. A.; MARTINS, R. E. M. W. ; FRAGA, A. ; ROSINSKI, G. L. Estágio curricular supervisionado em geografia: relatos a partir do diário de bordo geográfico. *In*: MARTINS JÚNIOR, Luiz; MARTINS, Rosa Elisabete. Militz Wypyczynski; FROZZA, Marcia Vidal Candido (Orgs.). **Estágio curricular supervisionado: aprendendo a ser professor/a**. 1ª ed. Campo Grande: Editora Inovar, 2020. p. 40-51.

MONTEIRO, J. S; SILVA, D. P. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n.3, set./dez. 2015.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on-line. Revista de Psicologia**, v. 10, p. 144, 2016.

PARAÍBA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico de Curso – Geografia (Licenciatura)**. Guarabira: EDUEPB, 2016.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores: **identidade e saberes da docência**. Saberes Pedagógicos e atividade docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena . **Estágio e Docência**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

RIBEIRO, Larissa Oliveira Mesquita; RIBEIRO, Willame de Oliveira. Ciência do espaço sem espaço: disciplina Geografia e reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 25, p. 1–15, 2020. DOI: 10.24220/2318-0870v25e2020a4541. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4541>. Acesso em: 18 jun. 2024

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARIA, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Científica Centro Universitário de Araras "Dr Edmundo Ulson"** – UNAR. v. 7, n. 1, 2013.

SILVA, K. C. J. R; BOUTIN, A. C. Novo Ensino Médio e Educação Integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Santa Maria. Educação**. vol. 43.n. 3. 09 de julho de 2018. p. 521–534. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644430458>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVA, M. S. F; SILVA, E. G. **O ensino da geografia e a construção dos conceitos científicos geográficos**. VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão-SE/Brasil. 20 a 22 de Setembro de 2012.

SOUSA, Ana Paula Rodrigues de. **A contribuição do estágio supervisionado para a prática profissional na visão dos egressos do curso de Ciências Naturais da Universidade de Brasília**. 2017. 20 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais)- Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017.